



Programa Jovem + Digital

REGULAMENTO ESPECÍFICO

Aprovado por Deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, IP, de 24 de novembro de 2020



ÍNDICE

I.	Enquadramento	3
II.	Objetivos, entidades formadoras destinatários e operacionalização	3
1.	Objetivos	3
2.	Entidades Formadoras	3
3.	Destinatários	4
4.	Operacionalização da formação	4
4.1.	Constituição dos grupos de formação	5
4.2.	Percursos de formação	5
4.3.	Horários e carga horária	6
5.	Formando	6
5.1.	Contrato de formação	6
5.2.	Regulamento do formando	6
5.3.	Apoios sociais e financeiros	6
5.4.	Seguro	6
6.	Equipa técnico-pedagógica	7
7.	Avaliação e certificação	8
7.1.	Avaliação das aprendizagens e da formação	8
7.2.	Certificação	8
III.	Financiamento	8
1.	Entidades formadoras	9
1.1.	Requisitos	9
2.	Financiamento	9
2.1.	Pagamentos dos apoios	9
2.2.	Suspensão, redução, revogação e recuperação do financiamento	9
2.3.	Enquadramento de despesas	10
2.4.	Custos máximos elegíveis	11
2.5.	Deveres das entidades formadoras	11
2.6.	Processo técnico-pedagógico	12
2.7.	Sistemas de informação	12
2.8.	Publicidade e divulgação de apoios	12
IV.	Disposições finais	13
V.	Anexos	14

I. Enquadramento

O Programa do XXII Governo Constitucional define a transição digital como um dos instrumentos fundamentais para a estratégia de desenvolvimento de Portugal, em alinhamento com os objetivos que irão nortear as prioridades de investimentos da União Europeia no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual para o período de programação 2021-2027, bem como do novo instrumento de recuperação Next Generation UE.

Em resposta às profundas transformações que se têm operado no mercado de trabalho em resultado da digitalização da economia, e em sequência do verificado no âmbito da pandemia causada pela doença COVID-19, o Governo está fortemente empenhado na definição de medidas e programas no âmbito da política de formação profissional que visem o desenvolvimento de competências digitais em tecnologias e aplicações digitais, com vista a uma maior qualificação do emprego, à resposta a necessidades atuais e prospetivas do mercado de trabalho e, como tal, ao desenvolvimento de uma economia de maior valor acrescentado.

Assim, atendendo às orientações definidas neste domínio no Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho e considerando, em particular, os compromissos assumidos no âmbito do «ATIVAR.PT - Programa Reforçado de Apoios ao Emprego e à Formação Profissional», bem como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril, relativa ao Plano de Ação para a Transição Digital, é criado, pela Portaria n.º 250-A/2020, de 23 de outubro, o Programa Jovem + Digital.

O presente Regulamento Específico assume-se como o documento normativo na operacionalização dos percursos formativos a realizar no âmbito do Programa Jovem + Digital, conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º da referida portaria.

II. Objetivos, entidades formadoras, destinatários e operacionalização

Identificam-se, a seguir, os objetivos, destinatários e formas de operacionalização deste Programa.

1. Objetivos

O Programa Jovem + Digital visa os seguintes objetivos:

- Reforçar a qualidade, a eficácia e a agilidade da formação e da qualificação profissionais, com vista à aquisição pelos jovens adultos de competências específicas na área digital.
- Reforçar a adequação da formação às necessidades reais do mercado de trabalho.
- Contribuir para o reforço de competências profissionais de jovens adultos com vista a melhorar o seu grau de empregabilidade.

2. Entidades Formadoras

São entidades formadoras do Programa Jovem + Digital:

- Rede de centros de gestão direta e participada do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.).

- Entidades formadoras certificadas pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), as quais podem participar neste projeto desde que sejam aprovadas em concurso para constituição de bolsa de entidades formadoras externas (EFE) do IEFP, I.P.

Para recurso a EFE, o IEFP, I.P., através das suas Delegações Regionais, garantindo os princípios de concorrência e de transparência, promove a abertura de um concurso para candidatura a uma bolsa regional de EFE, assegurando a uniformidade de critérios aquando da respetiva seleção.

A apresentação das candidaturas é feita junto de cada uma das Delegações Regionais do IEFP, I.P., exclusivamente, em suporte digital, através do seguinte link - <https://www.iefp.pt/bolsa-efe-medidas-formacao>.

Este concurso tem como objetivo a constituição de 5 Bolsas regionais de EFE (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), para apoio à formação em diferentes medidas de formação, independentemente da sua tipologia, com exceção dos cursos de aprendizagem, com uma vigência de 3 anos.

Nestes termos, e no âmbito do Jovem + Digital, as EFE constantes desta bolsa podem apresentar candidatura à realização de ações de formação, mediante o preenchimento dos formulários constantes no **Anexo 1**.

Em janeiro de cada ano, o IEFP, IP aprova e divulga o período durante o qual cada entidade pode proceder à apresentação de candidaturas nesse mesmo ano e respetiva dotação. Cada candidatura é apresentada à Delegação Regional da área de intervenção do local de realização das ações de formação propostas. As Delegações Regionais avaliam a pertinência da aprovação da formação proposta, e proferem decisão, no cumprimento do Código do Procedimento Administrativo, tendo em consideração os seguintes aspetos:

1. Cumprimento dos requisitos definidos pela Portaria n.º 250-A/2020, de 23 de outubro, relativamente à natureza da entidade formadora, ao plano de formação apresentado e aos requisitos técnico-legais definidos na citada Portaria e no presente Regulamento Específico.
2. Integração de, pelo menos, 30% de jovens DLD, nos destinatários da candidatura apresentada
3. Existência de dotação financeira anual à data da análise da candidatura

Recomenda-se ainda a análise da possibilidade de desenvolvimento da formação pela rede de centros do IEFP, avaliada pela DR mediante informação dos centros da área de intervenção proposta no projeto, relativamente à taxa de execução do seu plano de formação anual (global e nesta medida), da existência de instalações para o efeito e da existência de recursos humanos disponíveis para a concretização do projeto.

As entidades que não estejam certificadas como EFE, nem constem da respetiva bolsa de EFE, podem apresentar um plano de formação a realizar por uma EFE que integre a bolsa. Para este efeito, a entidade proponente apresenta um plano de formação que considere indicado para um grupo de candidatos e identifica a EFE pretendida para o ministrar, utilizando as minutas constantes do **Anexo 1**.

Em situações excecionais e sem prejuízo do referido anteriormente, podem ainda ser entidades formadoras as entidades certificadas pela DGERT, nomeadamente os parceiros sociais com assento na comissão permanente de concertação social ou organizações setoriais ou regionais suas associadas e as entidades que, pela sua natureza jurídica e âmbito de atuação, não careçam de requerer a certificação como entidade formadora, caso contemplem nos diplomas de criação ou autorização de funcionamento o desenvolvimento de atividades formativas, em particular as instituições de ensino superior.

Estas situações excecionais, e apenas para as entidades que não integrem a bolsa, podem materializar-se através da celebração de um acordo de cooperação com o IEFP, I.P., nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de maio. Os acordos de cooperação iniciam-se com a manifestação de interesse por parte das entidades junto das Delegações Regionais do IEFP, I.P., que

emitem o seu parecer e remetem o processo para o Departamento de Formação Profissional, para análise e elaboração do acordo, após o que será validado pela Assessoria da Qualidade, Jurídica e de Auditoria, para submissão a deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, I.P., que decide.

Nestes processos (pedido e pareceres) devem ser inequivocamente demonstradas a pertinência do projeto, a justificação para a entidade não constar da bolsa de EFE ou para não apresentar projeto indicando uma EFE constante da bolsa de EFE, bem como a fundamentação para a celebração do acordo especificamente com a entidade proponente.

3. Destinatários

São destinatários deste Programa:

- Jovens adultos com idade igual ou superior a 18 anos e menor ou igual a 35 anos, inscritos no IEFP, I.P., como desempregados, e que, em matéria de habilitações:
 - sejam detentores do 12.º ano de escolaridade completo ou de habilitação de nível superior;
 - não tenham concluído o ano terminal do ciclo formativo de nível secundário;
 - estejam a realizar processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) de nível secundário.

A participação no Programa de candidatos que não tenham concluído o ano terminal do ciclo formativo, bem como dos que estejam a realizar processos de RVCC, está condicionada à avaliação da elegibilidade e posterior encaminhamento para as entidades formadoras através de um Centro Qualifica.

O IEFP, I.P., através da respetiva Delegação Regional, pode autorizar a participação de outros públicos, que integrem as exceções definidas para este Programa, mediante solicitação da entidade formadora ou do centro, desde que a decisão esteja devidamente fundamentada.

Podem ser considerados a título excecional, ou no âmbito de iniciativas ou projetos específicos, considerados estratégicos, os seguintes públicos:

- a) Desempregados com mais de 35 anos, desde que comprovadamente a integração na ação contribua para a sua (re)integração no mercado de trabalho, situação aferida, por exemplo, por declaração de compromisso de entidade empregadora;
- b) Ativos empregados, desde que não ultrapassem 20% do número de formandos de determinada ação de formação.



Nota

Para efeitos de participação no Programa, os jovens adultos inscritos nos centros do IEFP, I.P., não necessitam de ter um tempo mínimo de inscrição para serem considerados desempregados. Contudo, é valorizada a participação de DLD

4. Operacionalização da formação

4.1. Constituição dos grupos de formação

Os grupos de formação devem ter um número **mínimo de 15 e máximo de 30 formandos**.

Em situações específicas e devidamente fundamentadas, os grupos podem ter um número diferente do anteriormente referido, mediante a respetiva autorização prévia da Delegação Regional, devendo estar garantidas as condições pedagógicas adequadas a satisfazer a qualidade, eficácia e eficiência da formação.

Na constituição de grupos de formação, se possível, deve ter-se em atenção nomeadamente as competências pré-adquiridas, escolares e profissionais, e o nível etário dos formandos, de modo a garantir as condições pedagógicas mais adequadas à eficácia e eficiência das ações.

Considerando o objetivo final da linha de intervenção do Programa + Digital, de alavancar as competências dos jovens adultos não detentores das qualificações ajustadas às necessidades das empresas no que concerne à área digital, é de toda a necessidade o enfoque na constituição dos grupos de formação e no reforço do acompanhamento das ações de formação, a fim de garantir que o maior número possível de formandos as conclui com aproveitamento.

4.2. Percursos de formação

Os percursos de formação a desenvolver no âmbito do Programa enquadram-se na área digital e integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), disponíveis no sítio da internet www.catalogo.anqep.gov.pt.

Os percursos de formação são constituídos por unidades de formação de curta duração (UFCD) da componente tecnológica dos referenciais de formação e têm uma **duração máxima de 350 horas**.

A criação de novos percursos de formação ou a atualização dos existentes é feita de acordo com as necessidades do mercado de trabalho na área digital.

As entidades EFE e os Centros de Gestão Participada podem propor a criação de novos percursos junto da ANQEP ou eventualmente junto do IEFP, I.P., que articulará para este efeito com a ANQEP.

Compete aos Centros Qualifica definir o percurso de formação mais adequado para a conclusão da qualificação de nível secundário dos candidatos não detentores de habilitação de nível secundário, sendo as UFCD concluídas com aproveitamento registadas no Passaporte Qualifica. Compete, ainda, aos Centros Qualifica garantir a articulação necessária com as entidades formadoras, com o objetivo de compatibilizar a realização do percurso de formação do Programa com a conclusão do nível secundário, mediante encaminhamento para processos de RVCC ou outras medidas de formação.

Alguns dos percursos de formação possibilitam a preparação dos formandos para a realização de exames e obtenção da respetiva certificação específica, no âmbito nomeadamente de academias de referência da área digital.



Nota No Programa Jovem + Digital não está prevista a realização de FPCT.

4.3. Horários e carga horária

As ações de formação integradas no Programa Jovem + Digital podem ser desenvolvidas de forma presencial e/ou a distância, desde que garantidas as condições para o efeito.

Atendendo a critérios de eficiência e de eficácia, cada entidade formadora deve adotar o modelo que entender mais adequado, de modo a facilitar o planeamento, a organização e o controlo do desenvolvimento da formação, e a garantir a maximização da ocupação dos espaços, a utilização dos equipamentos, bem como os custos associados, nomeadamente ao nível dos apoios sociais a pagar aos formandos e ainda, no caso da formação a distância, garantir que os formandos têm acesso aos equipamentos necessários para frequentar a formação.

5. Formando

5.1. Contrato de formação

A frequência de uma ação de formação no âmbito do Programa Jovem + Digital obriga à celebração de um **contrato de formação**, cuja minuta consta do **Anexo 2**.

Deve constar como anexo e parte integrante do contrato a identificação do valor da bolsa e apoios sociais a atribuir a cada formando, bem como a declaração de autorização para a gravação das sessões assíncronas em caso de formação a distância.

5.2. Regulamento do formando

São direitos e deveres dos formandos os previstos no Regulamento do Formando em vigor no IEFP, I.P., à data de início de cada ação de formação.



O Regulamento do Formando está disponível no site do IEFP, I.P. ([link no site do IEFP, I.P.](#))

5.3. Apoios sociais e financeiros

Pode haver lugar à atribuição de **apoios sociais** aos formandos durante a formação, nos termos do previsto no **Guia de Atribuição de Apoios Sociais a Formandos**, para a formação modular certificada.

5.4. Seguro

O seguro de acidentes pessoais é obrigatório, sendo da responsabilidade da entidade formadora.

Este seguro, que constitui um direito do formando, cobre os acidentes ocorridos durante, e por causa, da formação e atividades correlativas, incluindo o percurso entre o domicílio e o local da formação e vice-versa.



Um dos pontos do Regulamento do Formando é relativo ao seguro.

6. Equipa técnico-pedagógica

Responsável pedagógico – atividades

- Garante o acompanhamento e orientação pessoal, social e pedagógica dos formandos;
- Dinamiza a equipa técnico-pedagógica no âmbito do processo formativo;
- Colabora na organização e atualização permanentes do *dossier* técnico-pedagógico, em articulação com os restantes elementos da equipa;
- Participa no processo de avaliação final.

Formadores – requisitos e atividades

Para além do certificado de competências pedagógicas - **CCP** (previsto na Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio), o formador deverá ainda ser detentor de:

- Competência técnica e experiência profissional adequadas às matérias ou conteúdos a ministrar, em função dos domínios da formação em que intervêm e nos termos da legislação em vigor;
- Domínio técnico atualizado relativo à área de formação em que é especialista;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas adequados ao tipo e nível de formação que desenvolve e ao grupo de formandos em concreto;

- Conhecimentos necessários à avaliação das aprendizagens.

Considerando que se trata de **formação tecnológica**, o formador deve deter uma qualificação académica de nível igual ou superior ao nível de saída dos formandos e outra formação considerada relevante para as matérias a ministrar, acrescida de, pelo menos, **5 anos de experiência profissional na área**.

A **título excecional**, tal como previsto no artigo 6.º da Portaria n.º 250-A/2002, de 23 de outubro, e atendendo à especificidade da área digital, os profissionais que, não satisfazendo alguns dos requisitos acima referidos, possuam especial qualificação académica e/ou profissional ou detenham formação não disponível no mercado, podem ser autorizados a exercer a atividade de formador. A autorização desta exceção é da competência do IEFP, I.P., e é efetuada através do portal [NetForce](#).

O **formador** é o elemento responsável pelo desenvolvimento das seguintes **atividades**:

- Ministrar a formação para a qual está habilitado;
- Planear situações de aprendizagem que promovam a mobilização de conhecimentos para a resolução de problemas;
- Conceber e produzir os materiais técnico-pedagógicos e instrumentos de avaliação necessários ao desenvolvimento do processo formativo;
- Avaliar os formandos;
- Colaborar com os restantes elementos da equipa técnico-pedagógica na definição das respostas de formação que se revelem mais adequadas às necessidades individuais.

Os formadores externos devem celebrar com a entidade formadora um **contrato de aquisição de serviços (Anexo 3)**.

7. Avaliação e certificação

7.1. Avaliação das aprendizagens e da formação

- A avaliação é realizada por UFCD e deve apoiar-se num conjunto de parâmetros a definir pelo formador, desejavelmente concertado no âmbito da equipa técnico-pedagógica, em função dos objetivos da formação e das competências a adquirir.
- Os resultados das aprendizagens são quantitativos e obtêm-se com base na aplicação de uma escala de 0 a 20 valores.
- Os resultados das aprendizagens devem ser registados regularmente em instrumentos de avaliação disponíveis nas entidades formadoras ou a criar pelos formadores que garantam a transparência e a coerência da avaliação.
- O formando deve ser informado sobre os procedimentos e os parâmetros de avaliação definidos para cada unidade de formação bem como sobre os resultados da sua avaliação.
- A conclusão do percurso de formação verifica-se quando o formando obtém a classificação mínima de 10 valores em todas as UFCD que o integram.
- A conclusão de uma UFCD com aproveitamento verifica-se com a obtenção de uma classificação mínima de 10 valores.
- No final do percurso de formação, cada formando procederá ao preenchimento de uma ficha que avalia o grau de satisfação relativamente à formação ministrada no que concerne, nomeadamente, aos conteúdos e objetivos da ação, à relevância das matérias, às condições do seu desenvolvimento e ao desempenho dos formadores (**Anexo 4**).

- O IEFP, I.P., procede à monitorização deste Programa, designadamente no que concerne aos processos de encaminhamento e integração e aos públicos abrangidos, tendo em vista a introdução das alterações e/ou ajustamentos que garantam a sua eficácia.

7.2. Certificação

As UFCD concluídas com aproveitamento são objeto de certificação no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, conforme modelos aprovados pela citada Portaria n.º 250-A/2020, de 23 de outubro, em anexos I e II, através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), podendo dar lugar:

- À emissão de um certificado de qualificações que ateste a conclusão de um percurso de formação, conforme **Anexo 5**
- À emissão de um certificado de qualificações parcial, no caso de não terem sido concluídas todas as UFCD do percurso de formação, conforme **Anexo 6**

III. Financiamento

A formação realizada ao abrigo desta medida é passível de financiamento comunitário, sendo-lhe aplicável as respetivas disposições do direito comunitário e nacional.

O financiamento da formação realizada por entidades formadoras externas é efetuado pelo IEFP, I.P., tendo por base as regras aplicáveis, para efeitos de financiamento, à formação modular certificada.

Refira-se que as entidades podem participar na operacionalização do programa e aceder ao respetivo financiamento, nos termos do previsto para a formação modular, para o que devem utilizar os modelos constantes do **Anexo 7**.

1. Entidades Formadoras

A formação pode ser ministrada por entidades formadoras conforme definido no número 2 da Parte I do presente Regulamento.

Nos termos ali identificados, as entidades formadoras externas devidamente certificadas pela DGERT, nas quais estão incluídos os Parceiros Sociais, podem participar no desenvolvimento do Programa Jovem + Digital desde que estejam aprovadas no concurso para a constituição de bolsa de entidades formadoras externas do IEFP, I.P.

Em situações excecionais e desde que não exista na região capacidade de resposta por parte da rede de centros do IEFP, I.P. ou candidaturas de EFE inscritas em bolsa que intervenham no local onde se pretende vir a ministrar a formação, podem ainda vir a ser celebrados Acordos de Cooperação nos termos da alínea a) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de maio, competindo ao Conselho Diretivo a decisão sobre a eventual celebração do Acordo, nos termos descritos na Parte I, número 2, supra.

1.1. Requisitos

Durante todo o período do apoio financeiro, as entidades formadoras externas acima referidas têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- Encontrarem-se regularmente constituídas e devidamente registadas;
- Encontrarem-se certificadas no âmbito do sistema de certificação de entidades formadoras;
- Terem a situação contributiva regularizada perante a Administração Fiscal, a Segurança Social e o Fundo Social Europeu (FSE);

- Não terem sido condenadas por violação da legislação sobre trabalho de menores e discriminação no trabalho e no emprego, nomeadamente em função do género;
- Não terem sido condenadas em processo-crime, com sentença transitada em julgado, por factos envolvendo disponibilidades financeiras dos fundos estruturais;
- Não terem sido condenadas, nos dois anos anteriores, por sentença transitada em julgado, por despedimento ilegal de grávidas, puérperas ou lactantes, nos termos da Lei n.º 133/2015, de 7 de setembro;
- Não se encontrarem em situação de incumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo IEFP, I.P.;
- Disporem de instalações e equipamentos adequados às saídas profissionais a que se candidatam.



Nota

Encontra-se disponível, no Portal da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), um serviço *online*, que permite às entidades devidamente acreditadas no sistema, o acesso a declarações que atestam em como aquela Comissão foi consultada, relativamente à existência ou não das condenações em apreço.

2. Financiamento

Se houver lugar a cofinanciamento, o IEFP, I.P. assume a qualidade de beneficiário perante a autoridade de gestão do Fundo Social Europeu.

2.1 Pagamento dos apoios

	Adiantamento	Reembolsos (Anexo 11)	Saldo Final (Anexo 12)
	15% do valor aprovado em candidatura	até 85% do valor aprovado em candidatura	até 100% do valor aprovado em candidatura
Quando	Pedido: formaliza-se com a comunicação de início da 1.ª ação prevista na candidatura aprovada ou acordo celebrado	Pedido: mínimo de 2 em 2 meses	Pedido: até 45 dias após o termo da última ação
	Pagamento: até 20 dias após comunicação do início da 1.ª ação	Pagamento: até 1 mês após a apresentação do pedido	Pagamento: até 1 mês após a apresentação do pedido
Documentação¹	Comunicação escrita sobre o início da formação, nomeadamente, por <i>e-mail</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Pedido de reembolso¹ • Listagem de despesas pagas por rubrica 	<ul style="list-style-type: none"> • Formulário de Pedido de Pagamento de Saldo Final² e respetivos anexos • Listagem de despesas pagas por rubricas (remanescente)
Atenção	A soma do adiantamento e dos reembolsos não pode ser superior a 85% do valor global aprovado.		

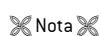
¹ A amostra documental das despesas que constam da listagem apresentada deverá ser solicitada pelo IEFP, I.P. da seguinte forma:

– Rubricas 1 e 2 – comprovativos dos respetivos contratos e das transferências bancárias, para formandos e formadores, de um mês a solicitar;

– Rubricas 3 a 6 – amostra, por rubrica, no valor mínimo de 5% da despesa declarada;

A amostra, salvo pedido do IEFP, I.P., não deve exceder 5% da despesa efetuada por rubrica, podendo, caso ultrapasse esta dimensão aproximada, ser devolvida para ajustamento com subsequente implicação no atraso do reembolso e saldo.

² Elaborado, obrigatoriamente, sob a responsabilidade de um Técnico Oficial de Contas (TOC), com aposição da respetiva vinheta ou código.



Nota

O IEFP, I.P. pode solicitar, a qualquer momento, documentos relativos à listagem de despesas apresentadas, sempre que haja indícios de falta de razoabilidade quanto ao valor ou rubrica de imputação. O pagamento de reembolsos não implica a aceitação definitiva das despesas apresentadas, as quais só são consideradas válidas no momento do encerramento do saldo final. Nesta conformidade, até ao pagamento do saldo, pode sempre haver lugar a outro tipo de verificações.

2.2 Suspensão, redução, revogação e recuperação do financiamento



O incumprimento das obrigações relativas aos apoios financeiros concedidos implica a cessação da atribuição dos apoios, a sua revogação e a restituição do montante correspondente aos apoios já recebidos. Se o incumprimento for parcial, há lugar à restituição proporcional dos apoios recebidos.



Nota

Todas as propostas de decisão são comunicadas pelo IEFP, I.P., por escrito, nomeadamente através de *e-mail*, às entidades que podem pronunciar-se em sede de audiência dos interessados, nos termos do previsto no Código do Procedimento Administrativo.

2.3 Enquadramento das despesas

Nos termos do disposto no presente Regulamento Específico e considerando o previsto no Guia de Atribuição de Apoios Sociais a Formandos para a definição dos encargos da Rubrica 1, são elegíveis por Rubrica:

R1 | Encargos com formandos

- Bolsas de formação (**apoio não atribuído** a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego)
- Encargos com alimentação
- Encargos com transportes
- Outros encargos (ex.: acolhimento de dependentes a cargo, seguro de acidentes pessoais)

R2 | Encargos com formadores

- Remunerações de:
 - Formadores internos – permanentes / eventuais
 - Formadores externos
- Outros encargos (alimentação, alojamento e transportes), servindo como exemplo os termos previstos na alínea c) do n.º 1. do artigo 14.º da Portaria n.º 60-A/2015, na sua atual redação

Nota: Para os formadores internos afetos às ações de formação, os montantes totais elegíveis não podem ser superiores à remuneração mensal auferida na entidade.

R3 | Encargos com outro pessoal afeto ao projeto

- Remunerações de:
 - Pessoal interno / externo afeto ao projeto
- Encargos com alimentação, alojamento e transportes (de acordo com as regras e montantes fixados para a Administração Pública – antigo índice 405, atual nível remuneratório 22)

R4 | Rendas, alugueres e amortizações

- Rendas e amortizações de instalações
- Alugueres e amortizações de equipamento, de acordo com o previsto na legislação

Nota: Os custos relacionados com os contratos de locação financeira (nomeadamente impostos, margem do locador, juros do refinanciamento, despesas gerais e prémios de seguro) não constituem despesas elegíveis.

R5 | Encargos diretos com preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações

- Divulgação das ações
- Seleção de formadores
- Aquisição, elaboração e reprodução de recursos didáticos
- Visitas de estudo no âmbito da formação
- Outros encargos

R6 | Encargos gerais do projeto

- Materiais e bens não duradouros
- Fatos de trabalho e equipamento de proteção e segurança
- Ferramentas e outros utensílios
- Despesas correntes com materiais pedagógicos consumíveis
- Energia, água e comunicações



- Despesas gerais de manutenção de equipamentos e instalações (ex.: serviços de segurança e limpeza, seguros de equipamentos e instalações afetas à formação, bem como pequenas reparações e contratos de manutenção do equipamento)

Nota: Não são elegíveis os juros, sanções financeiras, multas e despesas com processos judiciais.



Não é elegível a transferência de despesas, aprovadas em sede de candidatura, das rubricas 1 e/ou 2 para as rubricas 3 a 6. Qualquer alteração ao financiamento aprovado, carece de autorização prévia do IEFP, IP

2.4 Custos máximos elegíveis

Rubricas	Custos Máximos
1. Encargos com formandos	Segundo o previsto no Guia de Atribuição de Apoios Sociais a Formandos
	Nível 4 – 20 € / h¹
2. Encargos com formadores	Nível 5 – 25 € / h¹
	Nível 6 e seg. – 30 € / h¹
3. Encargos com outro pessoal afeto ao projeto	3,00 €/hora/formando
4. Rendas, alugueres e amortizações	
5. Encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação dos projetos	
6. Encargos gerais do projeto	



Só serão aceites as despesas que evidenciem a sua relação com a formação.

2.5 Deveres das entidades formadoras

- Sujeitar-se a ações de verificação, auditoria e avaliação por parte do IEFP, I.P., e outras entidades devidamente credenciadas para o efeito, fornecendo todos os elementos relacionados, direta ou indiretamente, com o desenvolvimento das ações financiadas;
- Pautar a realização das despesas por exigentes critérios de razoabilidade, tendo em conta os preços de mercado, a relação custo/benefício e o respeito pelos princípios e conceitos contabilísticos, critérios de valorimetria e métodos de custeio definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- Justificar a aquisição de bens e serviços através de faturas e recibos ou documentos equivalentes de quitação fiscalmente aceites, podendo estes, no caso das vendas a dinheiro, substituir as faturas;
- Identificar claramente, nas faturas ou documentos equivalentes, bem como nos documentos de suporte à imputação de custos internos, o respetivo bem ou serviço e a fórmula de cálculo do valor imputado ao pedido;
- Identificar a chave de imputação ao Centro de Custos, no caso de custos comuns;
- Manter a contabilidade da formação atualizada, não podendo, em caso algum, ter um atraso superior a 45 dias;
- Desenvolver a formação programada com respeito pelas normas legais aplicáveis, pelas condições de aprovação da ação e da eventual concessão de apoios;
- Manter o registo de assiduidade dos formandos devidamente atualizado, devendo as cessações de contrato ser comunicadas ao IEFP, no prazo máximo de 5 dias;
- Comunicar, por escrito, às estruturas do IEFP, I.P., sempre que ocorram problemas que afetem o funcionamento das ações;

¹ Os valores indicados aplicam-se a Contratos a celebrar cujo início de execução ocorra a partir de 1 janeiro de 2021, sendo acrescidos de IVA à taxa legal, quando aplicável.

- Prestar, a qualquer momento, toda a informação que lhes for solicitada sobre a execução das ações no que se refere aos aspetos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- Cumprir o contrato de formação com os formandos;
- Cumprir a legislação nacional em matéria de informação, divulgação e publicidade, em toda a documentação associada à formação desenvolvida;
- Manter a organização documental contabilística e técnico-pedagógica, nos termos estabelecidos no presente Regulamento;
- Declarar, através de documento próprio, constante do **Anexo 8**, que não existe duplicação de financiamento público na operacionalização da candidatura aprovada
- Garantir que toda a documentação do projeto contém a menção ao financiamento do IEFP, IP e do Estado português, nomeadamente através da aposição dos respetivos logotipos.

2.6 Processo técnico pedagógico

As entidades formadoras devem constituir e manter devidamente atualizados os processos técnico-pedagógicos relativos a cada uma das ações de formação desenvolvidas, dos quais devem constar os documentos comprovativos da execução das diferentes fases da ação.

Independentemente da Entidade formadora que venha a ministrar o(s) plano(s) de formação aprovado(s) e do regime de formação adotado, presencial ou a distância (síncrona e/ou assíncrona), é condição obrigatória a existência de um processo técnico-pedagógico por ação de formação, devendo o mesmo integrar evidências claras e inequívocas, para demonstração da comprovação da sua implementação e adequação aos objetivos da formação em causa, passíveis de demonstração em sede de ações de acompanhamento, de verificação ou de auditoria.

Os prazos de conservação devem observar o definido na Portaria n.º 1370/2009, de 27 de outubro, bem como outros prazos decorrentes de eventual cofinanciamento dos projetos aprovados.

2.7 Sistemas de informação

- SIGO - Sistema de Gestão da Formação

As entidades formadoras devem registar-se no SIGO (caso ainda não o tenham feito), tendo em vista garantir as condições de certificação dos formandos nas ações de formação desenvolvidas.

2.8 Publicidade e divulgação de apoios

Sempre que se aplique, e conforme for indicado nos instrumentos de contratualização com EFE, os documentos que integram o processo técnico-pedagógico devem observar as regras de informação e publicidade respeitantes ao financiamento do IEFP, IP e do Estado Português, bem como ao cofinanciamento do Fundo Social Europeu, através dos seguintes logotipos para as regiões Norte, Centro e Alentejo, pela ordem indicada:



Para o Algarve temos:



Para Lisboa e Vale do Tejo, que pode não ser objeto de cofinanciamento, temos:

Deve, ainda, incluir-se no **cabeçalho** da referida documentação o **logótipo do IEFP, I.P.**, do lado **esquerdo**, tratando-se de formação desenvolvida na rede de Centros de Emprego e Formação Profissional do IEFP, I.P.



Tratando-se de Centros de Formação Profissional de Gestão Participada ou de Entidades Formadoras Externas, o **logótipo do IEFP, I.P.**, deve surgir do **lado direito**, reservando-se o esquerdo para inclusão do logótipo da entidade formadora.

IV. Disposições finais

A gestão e o acompanhamento do presente Programa são assegurados pelo IEFP, I.P., no quadro da área de influência das respetivas Delegações Regionais.

O IEFP, I.P., poderá emanar orientações adicionais a este Regulamento sempre que se verifique necessário, e desde que as mesmas não colidam com a legislação nacional e comunitária em vigor.

No sentido de garantir a legalidade dos normativos em vigor, sempre que se verifiquem alterações e/ou atualizações legislativas que tenham, de algum modo, influência no disposto neste Regulamento, deverão estas ser tomadas em consideração, independentemente do facto de poderem não estar, ainda, vertidas neste documento.

As matérias que não se encontrem previstas no presente Regulamento regem-se pelo disposto em regulamentação específica em vigor.

Este regulamento e os respetivos anexos podem ser consultados no portal do IEFP, I.P. através do separador do **Programa Jovem + Digital**.

V. ANEXOS

- 1 Formulários para proposta de plano de formação
- 2 Minuta contrato de formação | Formando
- 3 Minuta contrato de aquisição de serviços | Formadores
- 4 Ficha de avaliação da formação
- 5 Modelo de certificado de qualificações total
- 6 Modelo de certificado de qualificações parcial
- 7 Formulários de reembolso e saldo final
- 8 Modelo de declaração de não duplicação de financiamento público | Entidade